

PAZ E TERRA NO ORIENTE MÉDIO

A morte de Iasser Arafat reacende o debate sobre o suposto, eventual, futuro Estado Palestino. Em que pese o tema estar em evidência desde 1948, somos sacudidos de tempos em tempos pelo destaque na mídia internacional que coloca a questão palestina nas primeiras páginas dos jornais de todo o mundo. Especialistas escrevem entusiasticamente sobre a possível concretização de tal Estado - alguns nem tão especialistas assim. Os otimistas, repetindo o que já ocorrera no pós-Oslo, em 1993, anunciam uma possibilidade de Paz que, sinceramente, esperamos seja vindouro, mas para quem acompanha a questão de perto há alguns anos, tal otimismo é motivo de reticência sempre.

Esse teor um tanto quanto cético se justifica diante da observação em que, já há alguns anos, Israel e Estados Unidos tentam impor um Acordo de Paz aos palestinos em que não se dê o mínimo: a Cisjordânia. Quando alguns precipitados analistas crucificavam Arafat por não ter aceitado o Acordo de Camp David, em 2000, durante conversações com o primeiro-ministro israelense, Ehud Barak e Bill Clinton, os palestinos se reconheciam no líder que recusara uma Cisjordânia retalhada e com cantões árabes retomando a política dos Bantustões sul-africanos. No mais, caso Arafat aceitasse o famigerado acordo, que líder seria esse que concorda com o não retorno dos mais de três milhões de palestinos no exílio desde 1948, que Israel apresenta como impeditivo para assinar qualquer Plano?

Só haverá paz no Oriente Médio com justiça territorial - e isso no caso palestino significa a devolução da Cisjordânia. Isto nada mais é que o cumprimento da resolução 242 da ONU. Eis a razão da condenação que parte da mídia internacional decretou a Arafat: ele não aceitou um plano que não realizasse tal fato. Paz se faz com território e não com tratados muitas vezes suspeitos.

As chagas do Oriente Médio e a permanente chama belicosa que teima em estalar na região encontram suas origens em princípios do século XX. Essa é a questão: temos hoje, passado quase um século, questões mal resolvidas do pós-Primeira Guerra. Daí a meaculpa que Tony Blair de certa forma vem fazendo, ao tentar vender ao seu todopoderoso colega George W. Bush a idéia de pôr a questão palestina no centro do debate

internacional; agora, Bush acena com um Estado Palestino em 2009.

Ao traçar retilineamente nas areias dos desertos locais as mais absurdas fronteiras, inventando Estados sem o menor lastro geo-histórico, o Reino Unido pode ser identificado como o maior responsável pelos distúrbios político-territoriais do Oriente Médio. O centro nevrálgico de tal desordem territorial se encontra no conclusivo, porém pouco conhecido, Tratado de San Remo, de 1920, que se configurou paralelamente ao Tratado de Versalhes quando este tratava de reorganizar o espaço europeu. O Tratado de San Remo instituiu a noção de mandatos, estabelecendo domínios franco-britânicos no moribundo Império Otomano. Coube então ao Reino Unido o mandato da Palestina.

Ocorre que a Palestina já havia sido prometida, desde 1917, pelo secretário de Estado britânico, Arthur James Balfour, ao incipiente movimento sionista, acenando simpaticamente à criação de um "lar nacional judaico". Este fato culminaria na criação do Estado de Israel, referendado pela recém-criada ONU, em 29 de novembro de 1947: após dois meses de incessantes debates, foi aprovada através da resolução 181, a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu, outro árabe. Como se sabe, após a independência de Israel, seguiu-se a primeira guerra árabe-israelense e o Estado palestino sumiu, literalmente, do mapa.

Posteriormente, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, viria consolidar a superioridade militar de Israel diante dos árabes e, mais que isto, anunciar o expansionismo territorial daquele pequeno e poderoso país, contra os grandes, mas frágeis, Estados árabes. Após a vitória em 1967, seguiu-se forte política de colonização judaica e a expropriação das terras palestinas, transferidas aos judeus imigrados de várias partes do globo para ocupar terras "vazias".

Mais de três décadas de colonização e injustiça. Nesse período, a opressão aos palestinos, expulsos de suas terras, plantou a semente do ódio; Israel colhe agora o fruto: a violência. Pelo menos três gerações de jovens expatriados sem-terra ali nasceram, cresceram e estão dispostos a morrer por uma causa nacional. Odeiam mais que tudo aquele que, acreditam, lhe roubou a terra: o judeu. A criança palestina da faixa de Gaza e Cisjordânia aprendeu a enxergar no soldado israelense seu verdugo. Cresceu assim. O ódio à ocupação e aos judeus está enraizado no fundo do coração de jovens palestinos e, infelizmente, ódio não se acaba com decretos e leis ou retóricos discursos. Sendo assim, a tão esperada paz na Palestina só vira com o fim do ódio. O ódio, por sua vez, só acabará com justiça. E justiça, no caso israelo-palestino, só se fará de uma maneira: a devolução de território.

Edilson Adão C. Silva, é graduado em Geografia, mestre em Ciências e doutorando pela FFLCH-USP. Como especialista em geografia política e relações internacionais publicou o livro Oriente Médio: a gênese das fronteiras (Editora Zouk) e é professor de geografia do Cursinho da Poli.

Texto publicado no site da Editora Zouk